

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: março de 2011.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Bancos de Alimentos impulsionam aquisição de produtos da agricultura familiar - Fernanda Silva - Sítio Eletrônico da Fetraf - 01/03/2011	4
Brasil garante alimentos de qualidade – Sítio Eletrônico do MAPA – 01/03/2011.....	4
O Brasil na contramão da história: um celeiro para os agrotóxicos – Sítio Eletrônico do MST - 01/03/2011	5
Governo Federal apoia projetos de segurança alimentar de municípios – Sítio Eletrônico do MDS – 02/03/2011	7
MMA alinha metas com o Conselho de Segurança Alimentar - Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA 03/03/2011	7
O veneno é a cara do agronegócio – Joana Tavares - Sítio Eletrônico do MST – 03/03/2011.....	8
Consumo das famílias de SP cai em fevereiro - Valor Econômico - Brasil - 03/03/2011.....	11
Consumo das famílias de SP cai em fevereiro - Valor Econômico - Brasil - 03/03/2011.....	12
Índices apontam alta menor dos preços ao consumidor - Valor Econômico - Brasil - 03/03/2011.....	13
Cepal e FAO criticam ações latino-americanas contra as oscilações de alimentos - Fernando Lopes - Valor Econômico - Agronegócios - 03/03/2011.....	14
FAO e FMI realçam incertezas; grãos sobem forte em Chicago - Fernando Lopes - Valor Econômico - Agronegócios - 04/03/2011.....	15
Varejistas incrementam distribuição de peixes – Maria Cristina Frias – Mercado – Folha de São Paulo – 09/03/2011	16
Alimentos pressionam custo de vida em SP - Fernando Taquari - Valor Econômico - Brasil - 10/03/2011	16
Preço de commodities sobe 4,73% em fevereiro, diz BC – Fábio Graner – Economia – O Estado de São Paulo – 11/03/2011.....	17
"Agrotóxico vai contaminar a água", afirma pesquisadora – Sítio Eletrônico do MST - 11/03/2011	18
FAO alerta para risco de nova crise mundial alimentar – O Globo – 14/03/2011.....	20
Agroecologia pode dobrar produção de alimentos em 10 anos – Sítio Eletrônico do MST - 14/03/2011	22
FAO reforça temor de uma nova crise de alimentos no mundo - Valor Econômico - Agronegócios - 15/03/2011	23
Nove bilhões de bocas - Carta Capital - 16/03/2011	24

Para impedir uma nova crise alimentar - Jim Harkness - Carta Capital - 22/03/2011.....	25
PAA é modelo para países da América Latina - Sítio Eletrônico do MDS - 22/03/2011.....	28
Os perigos dos agrotóxicos no Brasil - Carta Capital - 25/03/2011	29
Presidente da CNA diz que abertura de áreas de produção garantiu alimento barato à população - Sítio Eletrônico da CNA - 29/03/2011.....	30
Preço da comida no atacado aumenta 3,2% - Márcia De Chiara - Economia - O Estado de São Paulo - 30/03/2011	32

Bancos de Alimentos impulsionam aquisição de produtos da agricultura familiar
- Fernanda Silva - Sítio Eletrônico da Fetraf - 01/03/2011

Com o objetivo de promover a segurança alimentar, inclusão produtiva e fortalecer as ações de combate à extrema pobreza, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou na terça-feira (1), edital para ampliar os restaurantes populares, cozinhas comunitárias e os bancos de alimentos. Este por sua vez, será implantado prioritariamente nos municípios que operam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Os bancos de alimentos contarão com R\$ 4,5 milhões de investimentos e além de priorizar localidades operadoras do PAA inclui também os municípios que adquirem o mínimo de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, em cumprimento à Lei nº 11.497/2009.

Os restaurantes populares, com recursos de R\$ 11 milhões serão instalados em municípios acima de 100 mil habitantes. Para as cozinhas comunitárias serão R\$ 14,6 milhões. Todo o montante do financiamento será destinado à construção do prédio, aquisição de equipamentos, móveis e utensílios, para incentivar, além do fornecimento de refeições saudáveis, atividades de formação e qualificação profissional na área de alimentação, nutrição e gastronomia junto aos beneficiários do Cadastro Único do MDS.

Vale ressaltar que a seleção das propostas priorizará a implantação dos equipamentos em áreas com maior concentração de população em situação de pobreza e extrema pobreza. Além disso, devem ser encaminhadas até o dia 13 de abril por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No Brasil, há 67 Bancos de Alimentos, 406 Cozinhas Comunitárias e 89 Restaurantes Populares. O prazo para inscrição é até 13 de abril, com divulgação de resultados em 23 de maio.

Informações do edital [aqui](#).

Brasil garante alimentos de qualidade – Sítio Eletrônico do MAPA – 01/03/2011

Em 2010, técnicos do Ministério da Agricultura coletaram 19.235 amostras em produtos como carnes bovina, suína, de aves e equina, leite, mel, ovos e pescado. Do total, 99,83% estão dentro dos padrões

Kelly Beltrão

Para garantir alimentos de qualidade aos consumidores do Brasil e do exterior,

o Ministério da Agricultura analisa a presença de substâncias que podem causar prejuízos à saúde, como agrotóxicos e produtos veterinários. Em 2010, das 19.235 amostras coletadas em produtos de origem animal (carnes bovina, suína, equina e de aves, leite, ovos, mel e pescado), apenas 32 apresentaram irregularidades. O resultado indica que 99,83% dos produtos estão dentro dos padrões estabelecidos pelo Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC/Área Animal). O índice é semelhante ao registrado em 2009, de 99,82%. Os números foram divulgados nesta segunda-feira, 28 de fevereiro, na Instrução Normativa nº 6, publicada no Diário Oficial da União (DOU). “Verificamos a quantidade de resíduos de produtos veterinários que são aplicados pelos produtores rurais, como antibióticos e vermífugos, nos alimentos monitorados. Além disso, identificamos se os produtores estão obedecendo ao período de carência, desde a aplicação do medicamento até o abate do animal”, informa Leandro Feijó, coordenador do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC/ Animal).

Nas amostras que apresentaram irregularidades, os principais problemas encontrados foram a detecção de resíduos de vermífugo na espécie bovina e equina e de contaminantes inorgânicos (cádmio e arsênio) em bovinos, suínos e equinos. “Os setores produtivos envolvidos serão comunicados desses resultados e deverão desenvolver ações para diminuir o risco de novas ocorrências dessa natureza”, acrescenta Feijó.

O Ministério da Agricultura recomenda aos produtores que sejam adotadas medidas de educação sanitária para evitar o risco da ocorrência de resíduos em produtos de origem animal acima do permitido. A ação contribui para orientar melhor o setor produtivo em relação aos princípios das Boas Práticas Agropecuárias.

Para este ano, o Ministério da Agricultura tem aprovado recursos de R\$ 7 milhões para custear as análises do programa de monitoramento e capacitar técnicos e profissionais envolvidos no programa da Secretaria de Defesa Agropecuária.

No período 2011/2012, a expectativa do Ministério da Agricultura é ter mais dois Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), em Goiás e no Pará, para analisar amostras do PNCRC. Com isso, haverá, pelo menos, um Lanagro em cada região do país, além dos seis laboratórios privados ou públicos credenciados pelo ministério.

Saiba Mais

Desde 1999, existe o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) da Área Animal. Os fiscais federais agropecuários do Ministério da Agricultura são os responsáveis pelas coletas dos produtos. As amostras são sorteadas semanalmente, por meio do Sistema de Resíduos e Contaminantes (Sisres), no sítio do ministério, acessado pelos fiscais, com senha. Esse procedimento contribui para garantir a rastreabilidade e a confiabilidade no processo.

O Brasil na contramão da história: um celeiro para os agrotóxicos – Sítio Eletrônico do MST – 01/03/2011

O Brasil é hoje um dos grandes celeiros de produção e industrialização de agrotóxicos, inclusive de agentes contaminantes totalmente nocivos a saúde humana, animal e vegetal, os quais já foram proibidos em outros países do mundo.

Por isso, estamos nas ruas para denunciarmos os crimes ambientais e sociais das empresas de agrotóxicos e também a extrema gravidade que vivemos na agricultura com o modelo do agronegócio.

Nossa saúde e nossa soberania alimentar estão ameaçadas pelo uso de venenos. Aqui no Brasil, existem varias empresas que atuam no setor de produção, de manipulação e utilização de agrotóxicos.

Abaixo, veja reportagem da Folha de S. Paulo, na qual as empresas projetam ampliar o mercado de venenos agrícolas neste ano.

Após ano de recuperação, indústria de defensivos espera crescer em 2011

Por

Mauro

Zaflon

Da Folha de S. Paulo

O mercado de defensivos agrícolas recuperou, em 2010, os valores de 2008.

Após queda de 7% em 2009, o faturamento do setor cresceu 9% no ano passado e atingiu US\$ 7,2 bilhões, segundo o Sindag (sindicato da indústria de defesa agrícola). Os números sugerem uma evolução do volume vendido -não divulgado pelo Sindag-, mas a valorização cambial resultou em compressão de margens para a indústria instalada no Brasil. Em reais, as vendas tiveram queda de 3% em relação a 2009, para R\$ 12,4 bilhões.

As vendas de herbicidas, em reais, foram as que mais sofreram em 2010, com retração de 10%. Já a comercialização de fungicidas, demandados para controle da ferrugem da soja, subiu 5% e chegou a R\$ 3,7 bilhões.

A soja, aliás, continuou dominando a entrega de defensivos, concentrando 46% do total, seguida pela cana (11%), milho (10%), algodão (10%), e café e citros, ambos com 4% de participação.

Entre as regiões compradoras, o Mato Grosso foi, pelo sétimo ano consecutivo, o maior consumidor, com 20% do total. E o Paraná, com 15%, ultrapassou São Paulo (14%) pela primeira vez e ficou com a segunda posição.

Para este ano, o setor aposta nos altos preços das commodities agrícolas para crescer. "Esse patamar das cotações faz com que se adote mais tecnologia no campo", afirma Eduardo Daher, diretor-executivo da Andef (associação representativa da indústria de agroquímicos).

Para ele, o faturamento em dólar deve aumentar entre 5% e 6% em 2011. Apesar de o percentual ser menor do que os 9% de 2010, o crescimento deste ano deve ser real para a indústria, já que a base de comparação é mais elevada.

Governo Federal apoia projetos de segurança alimentar de municípios – Sítio Eletrônico do MDS – 02/03/2011

Durante encontro com representantes de entidades municipais, secretária Maya Takagi tratou dos editais de implantação de equipamentos públicos

Brasília, 2 – Entidades representativas dos municípios se reuniram nesta quarta-feira (2), em Brasília, com equipe do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e do Ministério da Educação (MEC). O encontro tratou dos editais sobre implantação ou modernização de equipamentos públicos divulgados ontem (1º) pelo MDS.

“O objetivo da reunião é contar com o envolvimento das entidades na divulgação e no apoio aos municípios para a elaboração dos projetos. É o momento de sensibilizar os prefeitos para a questão da alimentação”, explicou Maya Takagi, secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério.

Os editais preveem a ampliação do número de Bancos de Alimentos, Cozinhas Comunitárias e Restaurantes Populares em todo o País. Serão investidos R\$ 11 milhões em Restaurantes Populares, R\$ 4,5 milhões nos Bancos de Alimentos e R\$ 14,6 milhões nas Cozinhas Comunitárias. “São instrumentos importantes no plano de erradicação da extrema pobreza”, define Maya.

Entre os critérios de escolha para a implantação de Cozinhas Comunitárias, estão cidades selecionadas para os projetos Praças do PAC e Creches ProInfância do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). “São municípios que já passaram por seleção de suas necessidades e as cozinhas servirão para complementar essas unidades”, explica a secretária.

Para o Banco de Alimentos, serão priorizados municípios operadores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e que estejam cumprindo a Lei nº 11.497/2009, que prevê a compra pelo FNDE de no mínimo 30% de seus recursos junto à agricultura familiar. “O PAA complementa essa cota de forma regular, evitando a irregularidade nas doações. Queremos estimular os municípios que já fazem a compra da agricultura familiar para a merenda escolar”, diz Maya.

Já os Restaurantes Populares se destinam a municípios acima de 100 mil habitantes. Todas as informações estão detalhadas nos editais disponíveis na página do [MDS na internet](#).

MMA alinha metas com o Conselho de Segurança Alimentar - Cristina Ávila – Sítio Eletrônico do MMA 03/03/2011

A alimentação saudável estará cada vez mais no foco das ações do MMA.

Para alinhar os trabalhos que priorizam a conservação ambiental com a meta do Governo Federal de erradicação da miséria, a ministra Izabella Teixeira recebeu, nesta quinta-feira (3/3), em seu gabinete, o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Renato Maluf.

Um dos primeiros resultados da conversa foi a decisão de ter o meio ambiente como um dos temas centrais da Conferência Nacional de Segurança Alimentar que o Consea promoverá, em novembro, em Salvador. Isso significa que será dada maior ênfase a assuntos como acesso racional à água e meios de combate à desertificação, por exemplo. Renato Maluf comentou com a ministra a relação estreita entre os cuidados ambientais e a saúde alimentar.

"Iremos nos empenhar para integrar as prioridades do Consea nas agendas do MMA", respondeu Izabella Teixeira. Ela disse que o ministério vai redesenhar o programa de agrobiodiversidade para ampliar ainda mais o atendimento a comunidades rurais de baixa renda e insegurança alimentar, oferecendo práticas produtivas sustentáveis, que valorizem conhecimentos tradicionais e contribuam com a recuperação de áreas degradadas, para a melhoria da qualidade de vida.

O secretário interino de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Roberto Vizentin, também presente no encontro, frisou a necessidade de proteção aos recursos naturais como meio de preservar a boa alimentação. "Afinal, a alimentação saudável depende da forma como os alimentos são produzidos". Ele lembrou as ações do MMA para a proteção de rios e o controle no uso de agrotóxicos. Lembrou ainda ações como o crédito de R\$ 1,3 milhão que o MMA concede neste ano para projetos de mulheres indígenas que priorizem projetos para a conservação ambiental e segurança alimentar nas aldeias.

O veneno é a cara do agronegócio – Joana Tavares - Sítio Eletrônico do MST – 03/03/2011

Mais um 8 de março, mais um momento de dizer em alto e bom som: somos militantes, somos lutadoras, queremos Reforma Agrária e igualdade. O acúmulo de tantas lutas já deixa claro: o foco das ações é o enfrentamento ao agronegócio.

Neste 2011, os agrotóxicos ganham destaque. Um dos pilares do modelo de exploração capitalista da agricultura, os venenos são utilizados em larga escala em nosso país. Larguíssima: o Brasil tem o triste título de “campeão” no consumo desse tóxico.

[Jornal Sem Terra: veja a retrospectiva das jornadas das mulheres \(PDF\)](#)

As mulheres querem denunciar essa realidade, assim como denunciar a violência, que também pode ficar escondida por trás de belas fotografias ilusórias. Confira a

entrevista com Marisa de Fátima da Luz, assentada na região do Pontal do Paranapanema (SP), e integrante da Coordenação Nacional do MST.

Qual o tema principal da jornada este ano?

A jornada das companheiras é identificada a partir de alguns temas, vindos dos debates e das lutas. Fundamentalmente é a perspectiva de dar continuidade na luta ao enfrentamento do agronegócio no campo e para este ano com mais visibilidade à temática dos agrotóxicos. E também o debate da continuidade da formação das companheiras e a questão da violência contra a mulher. Esse é um tema que precisamos trabalhar no decorrer das jornadas do 8 de março. Mas fundamentalmente são ações de denúncia do agronegócio, especialmente dos malefícios dos agrotóxicos.

Em relação aos agrotóxicos, quais são os tipos de ações previstas?

Temos construído diferentes formas de lutas e atividades nos estados: desde lutas contra empresas produtoras como ações de denúncia para a sociedade. Faremos debates amplos sobre o tema, que aglutina a opinião do conjunto da sociedade, que pauta a soberania alimentar.

Que tipo de ações serão realizadas?

A partir do levantamento dos estados, a avaliação é que possamos construir a partir de experiências que os estados e o Setor de Gênero vêm acumulando. Então teremos lutas de enfrentamento direto contra as empresas.

A Jornada é construída com outros movimentos?

Sim, temos buscado consolidar o 8 de março como um espaço de construção conjunta. Para nós mulheres do MST é muito importante garantir que as atividades e lutas das mulheres sejam articuladas com a Via Campesina. É uma necessidade política, organizativa. Buscamos não só garantir a participação das companheiras de outros movimentos mas que elas efetivamente participem do planejamento e construção das ações. Essa é uma orientação nossa, garantir a luta de forma unitária.

Qual o recado que as mulheres camponesas têm a dar na questão dos agrotóxicos?

Para nós é uma necessidade fazer a denúncia do avanço do capital no campo. E a temática dos agrotóxicos deixa clara essa realidade. É um tema que dialoga com nossa realidade, e que também precisa ser colocado para o conjunto da sociedade, que afeta a todos. A produção em grande escala com venenos traz consequência para a vida das pessoas, seja no campo, seja na cidade. Temos necessidade de consolidar esse debate na cidade, que é um debate para a humanidade.

Dá para colocar a Reforma Agrária e a agricultura familiar como um contraponto à produção em larga escala, à base de venenos?

Esse tema coloca um desafio para nós. Enfrentar um modelo tecnológico e político da agricultura convencional hoje é muito difícil. Precisamos caminhar primeiro na

resistência e também colocar a construção de outras alternativas para a agricultura camponesa, que possam avançar na perspectiva de uma produção agroecológica. É um desafio muito grande para toda a sociedade, porque a disputa é em torno do modelo de produção, o modelo da agricultura para o país.

A produção dos assentamentos, tendo condições de chegar até as cidades, poderia ser uma alternativa aos alimentos envenenados?

Temos buscado construir experiências que precisam estar presentes no conjunto da sociedade. Nossa forma de produzir precisa ser visível, precisa servir de exemplo. Não estamos só denunciando, temos propostas para contrapor o modelo de produção capitalista no campo.

O que está colocado em relação à violência contra a mulher?

Na sociedade em que a gente vive, a violência contra a mulher é escondida, não é posta à vista. Há uma necessidade de trazer essa temática, construir um debate interno nas organizações camponesas, no MST, e que nós mulheres possamos nos organizar. Há um diagnóstico que hoje, nos acampamentos e assentamentos, muitas mulheres sofrem inúmeras violências. E temos que colocar com muita seriedade esse debate, porque a questão da violência contra a mulher é uma questão de classe. Nesse sentido, precisamos construir espaços e ações para mostrar que precisamos nos ater a certas questões e situações que nos inquietam muito.

Essa situação não está presente só nas áreas de Reforma Agrária, mas no conjunto da classe, na área urbana. Sem debater a violência contra a mulher é difícil pensar uma sociedade nova, um homem e uma mulher nova. Isso não quer dizer que abandonamos a linha política central de enfrentamento ao capital no campo. Essa é nossa orientação geral, mas o tema da violência precisa ser considerado na realidade dos estados, que têm tentado construir suas formas de pautar o tema, seja em espaços de formação internos, seminários.

O que vem sendo feito junto aos companheiros em relação a essa temática?

Estamos buscando construir alguns espaços de debates, por ora mais entre mulheres. Claro que é um tema que precisa ser debatido por todos, e queremos caminhar nesse sentido. Por isso pautar agora, para deixar claro que existe esse problema, e que precisamos aprofundar esse olhar. Os estados têm a orientação de trabalhar essa temática, também junto a outras organizações, da cidade.

O que as mulheres e o MST acumularam com as lutas do 8 de março?

O fato de as mulheres desenvolverem experiências todo ano, na perspectiva de garantir uma unidade e a luta, já é um acúmulo político. Esse processo histórico já um fator positivo. Outro avanço é a percepção da necessidade de as mulheres se organizarem, construírem suas lutas. O que a gente observa nesse último período é que as mulheres têm buscado, a partir de uma análise da realidade e da questão agrária, o enfrentamento do modelo do capital no campo, que é um acúmulo dos 8 de março. Esse é um fator que vem acumular para a luta política do MST. Nós enquanto Movimento temos que nos reposicionar para enfrentar essas lutas.

Houve um avanço na formação política das mulheres, as companheiras estão participando de mais espaços de direção ao longo dos anos?

Esse processo é um acúmulo de experiências organizativas. A ampliação da participação das mulheres dentro do MST é reflexo de um acúmulo de experiências organizativas das mulheres, que foram sendo construídas ao longo de toda a história do Movimento.

Quais os desafios colocados para o Setor de Gênero e para as mulheres do MST?

Consolidar, reforçar, dar um caráter organizativo para as lutas das mulheres no MST. Essa é uma tarefa, e um desafio: construir espaços de participação, envolver as companheiras na efetivação do conjunto das lutas. Precisamos de mais experiências concretas de envolvimento das companheiras, de envolvimento orgânico, na base, nos setores, nas instâncias do Movimento. As companheiras precisam se considerar – e ser – parte do processo de construção. E dar continuidade à perspectiva de trabalhar na questão da formação política.

Consumo das famílias de SP cai em fevereiro - Valor Econômico - Brasil - 03/03/2011

De São Paulo

O consumo das famílias paulistas recuou 3,8% neste mês em comparação com janeiro e atingiu 136,2 pontos, segundo o Índice de Consumo das Famílias (ICF) medido pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio).

Essa é a segunda queda consecutiva do indicador. Apesar do novo recuo, o índice ainda está no nível de satisfação das condições financeiras das famílias. Pela metodologia, ele varia de 0 a 200 pontos, sendo abaixo de 100 pontos considerado de insatisfação e acima desta pontuação, de satisfação.

Na avaliação da Fecomercio, a queda é consequência de três fatores: aumento do endividamento, elevação dos juros cobrados ao consumidor e a pressão forte dos preços, em destaque para o segmento de alimentos.

Esses fatos impuseram uma desaceleração no consumo das famílias, conforme mostra o item Nível de Consumo Atual, que sofreu decréscimo de 15,2% e chegou aos 98,9 pontos, o que significa insatisfação.

A última vez que isso aconteceu foi no início da série em agosto de 2009, quando esse item chegou aos 90,8 pontos. O resultado de fevereiro demonstra que as ações do governo para frear o consumo das famílias e controlar a inflação estão fazendo efeito.

O item acesso ao crédito foi o segundo que registrou maior queda no mês, 7,9% (148,9 pontos), resultado direto da ação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional em aumentar a alíquota do depósito compulsório e retirar R\$ 61 bilhões da

economia.

A renda das famílias está sendo afetada pelo crescente aumento de preços, principalmente nos bens básicos de consumo e isso reflete na redução no seu poder de compra.

O item renda atual reflete esse quadro, com uma redução de 4,4% (150 pontos). Atrelado a isso, o item perspectivas de consumo apresentou queda de 4,9% e chegou aos 137,5 pontos.

Os dois itens do ICF relacionados ao emprego apresentaram resultados próximos da estabilidade em fevereiro. O item emprego atual apresentou queda de 1%, atingindo os 143 pontos, enquanto o item perspectiva profissional variou menos 0,3%, chegando aos 130,1 pontos. O único item do ICF que apresentou variação positiva foi momento para duráveis, que registrou crescimento de 6,6% chegando aos 145,2 pontos.

Consumo das famílias de SP cai em fevereiro - Valor Econômico - Brasil - 03/03/2011

De São Paulo

O consumo das famílias paulistas recuou 3,8% neste mês em comparação com janeiro e atingiu 136,2 pontos, segundo o Índice de Consumo das Famílias (ICF) medido pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio).

Essa é a segunda queda consecutiva do indicador. Apesar do novo recuo, o índice ainda está no nível de satisfação das condições financeiras das famílias. Pela metodologia, ele varia de 0 a 200 pontos, sendo abaixo de 100 pontos considerado de insatisfação e acima desta pontuação, de satisfação.

Na avaliação da Fecomercio, a queda é consequência de três fatores: aumento do endividamento, elevação dos juros cobrados ao consumidor e a pressão forte dos preços, em destaque para o segmento de alimentos.

Esses fatos impuseram uma desaceleração no consumo das famílias, conforme mostra o item Nível de Consumo Atual, que sofreu decréscimo de 15,2% e chegou aos 98,9 pontos, o que significa insatisfação.

A última vez que isso aconteceu foi no início da série em agosto de 2009, quando esse item chegou aos 90,8 pontos. O resultado de fevereiro demonstra que as ações do governo para frear o consumo das famílias e controlar a inflação estão fazendo efeito.

O item acesso ao crédito foi o segundo que registrou maior queda no mês, 7,9% (148,9 pontos), resultado direto da ação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional em aumentar a alíquota do depósito compulsório e retirar R\$ 61 bilhões da economia.

A renda das famílias está sendo afetada pelo crescente aumento de preços, principalmente nos bens básicos de consumo e isso reflete na redução no seu poder de compra.

O item renda atual reflete esse quadro, com uma redução de 4,4% (150 pontos). Atrelado a isso, o item perspectivas de consumo apresentou queda de 4,9% e chegou aos 137,5 pontos.

Os dois itens do ICF relacionados ao emprego apresentaram resultados próximos da estabilidade em fevereiro. O item emprego atual apresentou queda de 1%, atingindo os 143 pontos, enquanto o item perspectiva profissional variou menos 0,3%, chegando aos 130,1 pontos. O único item do ICF que apresentou variação positiva foi momento para duráveis, que registrou crescimento de 6,6% chegando aos 145,2 pontos.

Índices apontam alta menor dos preços ao consumidor - Valor Econômico - Brasil - 03/03/2011

De São Paulo

Dois índices de inflação divulgados ontem apontam para uma desaceleração na alta dos preços ao consumidor no mês passado.

Na cidade de São Paulo, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), da Fipe, registrou alta de 0,60%, depois de ter subido 1,15% em janeiro.

O IPC-S, da FGV, por sua vez, apontou elevação mais suave dos preços, em seis das sete capitais pesquisadas, na última semana de fevereiro.

Porto Alegre foi a única capital a manter o ritmo de alta entre a terceira e a quarta semana do mês (de 1,24% para 1,48%), refletindo os aumentos de preços nos grupos transportes (1,75% para 2,76%) e alimentação (1,84% para 2,60%).

O maior recuo do IPC-S foi observado em Brasília (0,29% para 0,02%), devido à desaceleração dos preços em cinco segmentos, especialmente no grupo despesas diversas (1,69% para 0,91%) e alimentação (de -0,47% para -1,22%). O índice de preços também recuou em Belo Horizonte (0,61% para 0,50%), Rio de Janeiro (0,58% para 0,53%), Salvador (0,37% para 0,21%) e Recife (0,25% para 0,14%).

De acordo com o levantamento da FGV, São Paulo teve o segundo recuo mais expressivo entre as capitais avaliadas (0,66% para 0,47%), devido à desaceleração de preços em seis dos sete grupos pesquisados: transportes (2,64% para 1,54%), educação, leitura e recreação (1,16% para 0,46%), alimentação (-0,05% para -0,08%), habitação (0,42% para 0,41%), saúde e cuidados pessoais (0,30% para 0,29%) e despesas diversas (1,70% para 1,69%).

O IPC-S médio referente a 28 de fevereiro marcou 0,49%, 0,12 ponto percentual abaixo da taxa divulgada na apuração passada.

De acordo com o IPC da Fipe, os preços de transportes no município de São Paulo registraram desaceleração entre a terceira prévia e o levantamento final do mês passado, indo de 1,87% para 1,16% de elevação. Educação passou de alta de 1,50% para 0,32% e saúde foi de 0,85% para 0,72%.

Houve alta mais acentuada nos preços de habitação (0,69% para 0,72%) e despesas pessoais (1,09% para 1,24%). No campo negativo, ficaram vestuário (-0,03%) e alimentação (-0,17%). Na terceira prévia do mês passado, esses grupos tiveram queda de 0,01% e 0,31%, respectivamente.

Cepal e FAO criticam ações latino-americanas contra as oscilações de alimentos - Fernando Lopes - Valor Econômico - Agronegócios - 03/03/2011

Commodities Fernando Lopes

De São Paulo

Boletim conjunto divulgado ontem pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), pela agência das Nações Unidas para agricultura e alimentação (FAO) e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) critica as estratégias que, em geral, vêm sendo adotadas pelos governos latino-americanos e caribenhos para tentar combater a ainda forte volatilidade dos preços dos alimentos.

“As respostas dos países da região à volatilidade de preços agrícolas apresentam alguns traços em comum: os governos tendem a intervir em maior medida quando os preços sobem do que quando baixam; quer dizer, tem sido dada relativamente mais importância à inflação e ao consumidor do que ao produtor e à estrutura produtiva agrícola. Também as medidas de política, em termos gerais, estão sendo centradas principalmente no curto prazo e em menor medida na atenção a problemas estruturais, sendo que a busca de soluções para esses problemas poderia reduzir significativamente a vulnerabilidade dos países à volatilidade preços”, afirma o boletim.

Cepal, FAO e IICA ressaltam que não existem “receitas universais” para amenizar a volatilidade, mas sugerem mais equilíbrio entre medidas emergenciais e ações estruturais capazes de promover o incremento da produção de alimentos. Nessa frente, recomendam ênfase no apoio a pequenos agricultores, de forma a melhorar a segurança alimentar em âmbito local e nacional.

Apesar do viés latino-americano do boletim conjunto, seus autores deixam claro que a preocupação em torno das fortes oscilações dos preços — cujas resultantes até agora têm sido para cima — é global e voltou a ganhar força no início do segundo semestre de 2010, quando problemas climáticos começaram a prejudicar as safras de cereais e grãos de diversos países do Hemisfério Norte, sobretudo a Rússia.

A espiral ascendente ganhou força desde então — com o empurrão de grandes fundos de investimentos globais — e o indicador de preços de alimentos da FAO bateu sucessivos recordes. A última máxima histórica foi em janeiro (ver gráfico).

O levantamento de fevereiro passado ainda não foi divulgado.

Apesar de elevadas no mercado internacional, as cotações de commodities como soja, milho e trigo, além do algodão, poderão perder sustentação a partir do início dos plantios no Hemisfério Norte, em abril. A expectativa é que os agricultores aproveitem os bons preços para plantar mais. Resta saber se o clima vai colaborar e se o aumento atenderá à crescente demanda global, puxada pelos emergentes.

Independentemente disso, pondera o economista Fabio Silveira, da brasileira RC Consultores, uma nova fase de nervosismo teve início nos mercados com a crise no Oriente Médio e no norte da África, que até agora acelerou a valorização do petróleo e tirou parte do suporte agrícola, por opção dos investidores.

Em artigo, Silveira admite que a forte volatilidade poderá perdurar por meses. Resta saber se a resultante será para baixo ou para cima.

Mais em www.rlc.fao.org

Índice de alimentos da agência da ONU bate novo recorde

Fernando Lopes

De São Paulo

Ainda que a maior parte das projeções aponte para a ampliação da oferta de cereais e grãos no Hemisfério Norte na safra 2011/12, cujo plantio começará a ganhar força em abril, a FAO, agência das Nações Unidas para agricultura e alimentação, não descarta a possibilidade de novas altas das cotações internacionais de commodities agrícolas e pressão adicional sobre os índices inflacionários globais no curto prazo.

Em comunicado, David Hallam, diretor da divisão de comércio e mercado da FAO, diz que os atuais picos do petróleo — derivados da crise no Oriente Médio e no norte da África — ampliaram as incertezas na “já precária situação nos mercados de alimentos”. A observação veio no contexto da divulgação de um novo levantamento do índice de preços de alimentos da agência, que bateu novo recorde em fevereiro. Sustentado por variações positivas nos grupos de cereais, lácteos, óleos e gorduras vegetais e carnes, o indicador atingiu 236 pontos, 2,2% mais que em janeiro e maior nível desde sua criação, em 1990. Só o açúcar caiu, mas, mesmo assim, pouco.

Além de estar presente na análise de Hallam, a palavra “i n c e r t e z a” foi também muito utilizada por Caroline Atkinson, porta-voz do Fundo Monetário Internacional (FMI), em suas próprias considerações sobre os preços dos alimentos feitas em Washington. Nessa frente, o FMI, como a FAO, teme os efeitos das altas sobretudo nas populações mais pobres. Ela ressaltou, conforme relato da agência Dow Jones Newswires, que o petróleo também tem efeitos na inflação, mas principalmente nos países desenvolvidos.

O fato é que a volatilidade perdura nos mercados de commodities agrícolas e que as cotações continuam elevadas, muito acima das médias históricas observadas até alguns anos atrás. Além das adversidades climáticas que prejudicaram as colheitas em países do Hemisfério Norte no ano passado, ademandaglobal segue firme, puxada por países emergentes.

O fator demanda impulsionou os preços dos principais grãos negociados pelo Brasil no exterior na quinta-feira na bolsa de Chicago, além de ter oferecido suporte às já estratosféricas cotações do algodão na bolsa de Nova York.

Em Chicago, a boa procura por milho americano, com destaque para o apetite de Japão e México, provocou alta de 2,11% nos contratos com vencimento em maio — que ocupam a segunda posição de entrega, normalmente a de maior liquidez —, que fecharam a US\$ 7,3675 por bushel e passaram a acumular valorização de 90,5% em 12 meses, conforme cálculos do Valor Data.

No mercado de trigo, o peso da expectativa de uma seca desfavorável em regiões produtoras dos EUA foi maior e os contratos de segunda posição de entrega (maio) subiram 1,51%, para US\$ 8,2350 por bushel.

Em 12 meses, a alta é de 59,67%. Na soja, a escolha de importadores da China de um carregamento dos EUA em detrimento de outro sulamericano reanimou o mercado e a segunda posição (maio) subiu

1,27% e voltou a superar US\$ 14 por bushel — fechou a US\$ 14,12.

Em Nova York, o algodão disparou por conta de uma lufada otimista sobre o comportamento da economia mundial e testou novas máximas históricas. A segunda posição (maio) registrou alta de 2,54%, para US\$ 2,0570 por libra-peso. Em 12 meses, o salto alcança 147,92%, conforme Valor Data. No Brasil, o indicador

Cepea/Esalq para a libra-peso da pluma com entrega em 8 dias superou R\$ 4, um novo recorde.

Varejistas incrementam distribuição de peixes – Maria Cristina Frias – Mercado – Folha de São Paulo – 09/03/2011

Com o aumento do consumo de peixe no país, principalmente por famílias da nova classe média, os supermercados fazem investimentos para incrementar o abastecimento nas lojas.

O grupo Pão de Açúcar investiu R\$ 7 milhões e inaugurou um centro de distribuição de pescados em Osasco (SP) para abastecer 195 lojas.

O Carrefour finaliza mudanças na forma de receber pescados de seus fornecedores -o recebimento será unificado no centro de distribuição da rede. O Walmart anunciou há poucos meses medidas para garantir a oferta de produtos sustentáveis em suas lojas.

O consumo per capita de pescado no país subiu de sete quilos em 2009 para nove quilos em 2010, segundo o Ministério da Pesca. A Organização Mundial da Saúde recomenda consumo anual de 12 quilos por pessoa.

Pedro Pereira, diretor comercial do grupo Pão de Açúcar, diz que a rede espera alta de 25% na venda em 2011. No ano passado foram comercializadas 40 mil toneladas.

"Com o aumento do poder aquisitivo, o consumidor das classes C e D diversificou a alimentação", diz Pereira.

Setenta novos funcionários foram contratados para o novo centro do grupo, com capacidade de expedir 50 mil toneladas de pescado ao dia.

Alexandre Horta, da consultoria GS&MD Gouvêa de Souza, diz que, com o aumento do preço de frete, as redes, mesmo as menores, buscarão mais eficiência na distribuição. A rede Enxuto, de Campinas, que deve abrir sua sexta loja, é uma das regionais que faz estudos para criar centro de distribuição.

Alimentos pressionam custo de vida em SP - Fernando Taquari - Valor Econômico - Brasil - 10/03/2011

O Índice de Custo de Vida (ICV) na capital paulista avançou 0,59% em fevereiro, influenciado pelo aumento no preço dos alimentos.

Apesar disso, o resultado no mês passado, calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), foi 1,13 ponto percentual menor do que o registrado em janeiro (1,72%).

A inflação dos alimentos no período foi de 1,19%. Com isso, o grupo contribuiu sozinho com 0,33 ponto percentual do ICV de fevereiro. Houve crescimento de 1,91% para os produtos in natura e semielaborados, de 0,82% na indústria alimentícia e 0,28% no alimentação fora do domicílio.

“O resultado pode ser creditado às frequentes chuvas, que fizeram com que produção dos alimentos in natura e semielaborados ficasse muito ruim. Isso levou a

uma diminuição na oferta e, por tabela, um aumento nos preços”, afirmou Cornélia Nogueira Porto, coordenadora do ICV do Dieese.

Segundo ela, os demais subgrupos registraram elevações dentro da margem. “A expectativa é que a inflação nos alimentos pare de subir nos próximos meses.

Afinal, não temos nada que possa pressioná-la, uma vez que as chuvas deram uma trégua.” Cornélia ressaltou que a inflação neste grupo ainda não preocupa e está abaixo do avanço apurado no ano passado em taxas anualizadas. Enquanto em janeiro e fevereiro de 2009 houve alta de 8,4% e 8,2%, respectivamente, em 2010, a expansão foi 3,8% no primeiro mês do ano e 5,3% no mês passado.

Os grupos habitação (0,87%) e transporte (0,41%) também serviram para pressionar a inflação em fevereiro. No primeiro caso, pesou o maior custo para locação, impostos e condomínio, com alta de 1,24%, consequência, principalmente do aumento no condomínio (4,33%). Com relação ao segundo grupo, a principal influência foi verificada no transporte individual (0,47%), reflexo da expansão nos preços dos combustíveis. A pressão na inflação desses grupos foi compensada em grande medida pelo recuo nas taxas de vestuário (-0,79%) e equipamento doméstico (-0,29%).

O Dieese também calculou a inflação para três faixas de renda. Para famílias com renda média mensal de até R\$ 377,49, o crescimento dos preços foi de 0,61%. No caso da população intermediária (renda média de R\$ 934,17), a inflação subiu 0,63%. Já para a faixa de maior renda (até R\$ 2.792,90), houve avanço de 0,58%.

Preço de commodities sobe 4,73% em fevereiro, diz BC – Fábio Graner – Economia – O Estado de São Paulo – 11/03/2011

O Índice de Commodities Brasil (IC-Br) teve, em fevereiro, alta de 4,73% ante janeiro, atingindo 172,44 pontos. Nos últimos 12 meses encerrados em fevereiro, o indicador, que mostra a variação nos preços dos principais produtos primários produzidos pelo País, acumula alta de 38,82%, mostra o Banco Central.

O índice de commodities agropecuárias teve, em fevereiro, alta de 7,03% e acumula em 12 meses elevação de 54,65%. O de commodities metálicas subiu 4,51% no mês e 26,9% em 12 meses. O de commodities energéticas recuou 1,34% no mês, mas em 12 meses acumula elevação de 11,66%. Segundo o BC, a situação de alta liquidez no mundo é um dos fatores por trás da alta nos preços das commodities.

A nova alta do IC-Br composto, que em janeiro já tinha subido quase 5%, reforçou o quadro de preocupação com os rumos da inflação. Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, o BC diz que as commodities representam “risco importante” para a trajetória do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O BC destaca que neste início de ano e no fim de 2010 a inflação subiu por causa de choques nos preços dos alimentos, “em parte por choques de oferta domésticos e externos”. O BC acha que tais eventos têm efeitos na inflação ao consumidor não só no momento do choque de preço, mas por meio da chamada inércia inflacionária, que faz a alta de preços de um período se reproduzir em momentos seguintes, por causa da indexação.

"Agrotóxico vai contaminar a água", afirma pesquisadora – Sítio Eletrônico do MST – 11/03/2011

A professora e pesquisadora do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Raquel Rigotto, alerta para o risco de contaminação das áreas agriculturáveis do país devido ao uso abusivo de agrotóxicos por parte das empresas do agronegócio.

Em entrevista à Rede Brasil Atual, Raquel, que também é coordenadora do Núcleo Tramas – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, critica o modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo Brasil e prevê que a continuidade do atual padrão pode levar ao adoecimento da população, além de pouco contribuir para o abastecimento e a segurança alimentar no país.

Leia a seguir a íntegra da entrevista:

O Ibama divulgou no fim de janeiro uma pesquisa sobre os agrotóxicos, que confirma que 67% das vendas destes insumos estão na mão da Monsanto. Como isso se relaciona com um consumo tão grande de agrotóxico, o que isso indica em termos de alimentação e de segurança alimentar?

Em termos de alimentação, nós vamos ter um comprometimento importante na contaminação da água e na contaminação dos alimentos propriamente ditos e isso acarreta implicações muito importantes pra saúde humana. Há evidências que a ingestão de água contaminada com pequenas doses de diferentes princípios ativos de agrotóxicos podem provocar uma série de agravos à saúde, como o câncer. Especialmente o câncer de mama, já temos evidências de como o DDT, por exemplo, pode provocar alteração do sistema imunológico, alteração do sistema endócrino, do fígado, dos rins e da pele, alteração sanguínea, alergias, enfim, um amplo leque de agravos à saúde.

Em termos de segurança alimentar é importante a gente considerar também que o agronegócio está voltado para a produção de commodities, então ele tem ocupado terras agricultadas e terras férteis, tem se expandido através de biomas fundamentais para o equilíbrio ecológico como a Amazônia, o cerrado e a caatinga.

Com isso, ele concentra terra e reduz o espaço da produção da agricultura e com isso estamos assistindo à alta dos preços dos alimentos. Processo semelhante está acontecendo nos Estados Unidos com o etanol a partir do milho. Ações do agronegócio têm tido muita implicação na segurança alimentar, além da incompatibilidade da convivência entre o modelo de produção da agricultura camponesa e o modelo do agronegócio.

Nós temos acompanhado por exemplo assentamentos do MST rodeados de empreendimentos do agronegócio, em que as pulverizações são muito frequentes e as chamadas pragas saem (das plantações) do agronegócio por causa do veneno e vão para as plantações dos camponeses.

Sobre a questão da alta do preço dos alimentos, já faz alguns anos que se vem alertando pra isso. Qual vai ser a saída pra isso, se mantivermos a opção pela industrialização agrícola?

A gente tem uma artificialização cada vez maior do padrão alimentar da população em função disso, a soja, por exemplo, vai ser usada como componente da ração que vai ser oferecida a animais, e isso volta pra nós em forma de 'nuggets'.

Temos visto um crescimento rápido de obesidade entre adolescentes brasileiros. O IBGE mostrou que essa obesidade é acompanhada por um padrão nutricional precário, déficit imunológico, ingestão de várias substâncias químicas, como corantes e conservantes. Também provoca uma contaminação por causa do lixo gerado pelas embalagens dos alimentos.

Há esforços governamentais no sentido de fomentar a ecologia como política de desenvolvimento?

O que a gente percebe contemplando os orçamentos é uma enorme desigualdade. Se eu não me equivoco, em 2010 foram R\$ 100 bilhões para o agronegócio e R\$ 16 bi para a agricultura familiar. Uma coisa é você ter dentro do Ministério de Desenvolvimento Agrário um setor que cuida da agroecologia, com técnicos muito respeitados e apaixonados por essa causa. E outra coisa é você fazer disso o marketing verde do governo, pra esverdear o modelo de desenvolvimento, mas é algo que está fora da realidade.

Então o que a gente vê é que o governo federal não tem uma política voltada para isso. Por exemplo, há uma lei federal que isenta 60% do ICMS para produtos agrotóxicos. Temos um incentivo fiscal do governo federal ao consumo de agrotóxicos, uma lei como essa é uma antítese de uma escolha agroecológica.

A Anvisa vem sendo muito criticada pelos representantes do agronegócio no Congresso por ter passado a revisar o uso de algumas substâncias. Como é que a senhora vê esses ataques?

Essas empresas transnacionais, eu imagino que no planejamento estratégico delas umas das vantagens comparativas dos países do Terceiro Mundo, como a gente era chamado, é supor que não vão encontrar ali nem pesquisadores e nem instituições públicas com capacidade técnica de antever a evidência dos padrões que eles querem fazer aqui.

Eles ficam muito excitados. Eu identifico isso no caso dos servidores públicos da Anvisa - como servidora pública de uma universidade pública eu percebo isso. Não estava no plano deles ter um órgão público que venha 'criar caso', que venha aqui pra competentemente realizar o trabalho (de fiscalização).

A Anvisa tem tentado isso, ela tem tido dificuldades internas no governo. É necessário que a sociedade fortaleça esse tipo esforço para tratar com o devido rigor as "armas químicas". É impensável que um cidadão qualquer - que pode ser um louco, um desequilibrado - possa chegar numa loja e comprar 100, 200, 300 quilos

de agrotóxico, que é um veneno, desde que ele tenha dinheiro para pagar. Isso é inconcebível e insustentável do ponto de vista de política pública.

Em relação às consequências, você poderia citar alguns exemplos de casos crônicos de intoxicação por agrotóxicos, que não são tão aparentes e que não ocorrem logo após o uso?

Sim, são chamadas de efeitos crônicos dos agrotóxicos, que têm a ver com a exposição diária a pequenas doses de exposição de variados produtos. Ao longo de um tempo, de um ano, dois anos, a gente vê uma série de efeitos e ultimamente tem se discutido bastante sobre esse papel dos disruptores endócrinos, que às vezes ocupam o nosso corpo no lugar dos nossos hormônios sexuais.

Eles produzem alteração na fertilidade, má formação congênita nos fetos humanos e alterações neurocomportamentais: insônia, irritabilidade, alteração de memória e até alteração de comportamento mesmo, inclusive inclinações suicidas.

Já temos estudos na cultura do fumo no Rio Grande do Sul, da soja em Dourados, no Mato Grosso do Sul, e estudos internacionais comprovando a elevação da taxa de suicídio entre trabalhadores expostos ao agrotóxico

FAO alerta para risco de nova crise mundial alimentar – O Globo – 14/03/2011

ABU DHABI (Reuters) - O aumento nos preços globais de gêneros alimentícios básicos elevam o risco de que a crise alimentar de 2007-2008 em países em desenvolvimento se repita, disse nesta segunda-feira o presidente da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO na sigla em inglês).

Um salto nos preços do petróleo e o rápido consumo dos estoques globais de cereais poderiam ser um prenúncio da crise de abastecimento, disse o diretor geral da FAO, Jacques Diouf, à Reuters, em entrevista durante uma visita aos Emirados Árabes Unidos.

"A alta dos preços aumentam as preocupações e estamos reduzindo rapidamente os estoques", disse. "Durante anos temos alertado que é preciso maior produtividade e investimento em agricultura."

O índice de preços alimentares da ONU de fevereiro aumentou pelo oitavo mês consecutivo, para o maior nível desde, pelo menos, 1990. Todos os grupos de commodities, exceto o açúcar, aumentaram no último mês.

Diouf dizia, até alguns meses atrás, que os estoques globais de cereais estavam em níveis mais saudáveis que os restritos estoques que desencadearam a crise em 2007 e 2008.

Em julho passado, os níveis de estoque estavam em um total de 100 milhões de toneladas acima que os de 2007, mas o rápido crescimento econômico em países em desenvolvimento e um retorno ao crescimento em países altamente industrializados, levaram a novas reduções.

Alguns países no norte da África e no Oriente Médio fizeram grandes compras

de grãos para evitar aquele tipo de conflito, em parte estimulada pelos preços dos alimentos, que derrubou os líderes da Tunísia e do Egito.

A Coreia do Sul está buscando construir uma estratégia de reserva de grãos e planeja comprar cargas de milho e outras mercadorias, em esforço similar ao de outras nações asiáticas, preocupadas com os altos preços dos alimentos e com os conflitos sociais.

Em dezembro, o México comprou milhares de toneladas de milho no mercado futuro, para se proteger de altas dos preços de tortillas, que provocou confrontos nas ruas em 2007.

"É algo racional de se fazer, para se proteger", disse Diouf.

O recente aumento dos preços do petróleo, que subiu para cerca de 120 dólares o barril no mês passado, está exacerbando os aumentos nos preços dos alimentos, que podem afetar a habilidade dos países em desenvolvimento de cobrir suas necessidades de importação, disse Diouf. Os preços do petróleo têm impacto nos custos de transporte e insumos agrícolas, incluindo fertilizantes.

BIOCOMBUSTÍVEIS

A FAO pediu aos países desenvolvidos que reexaminem suas estratégias de biocombustíveis -que incluem amplos subsídios- uma vez que estes têm desviado 120 milhões de toneladas de cereais de consumo humano para produção de combustível.

"Estamos aconselhando os países membros a revisitarem suas políticas", disse Diouf. "Contar com mais energia renovável não significa que você precisa produzir mais biocombustível."

Países desenvolvidos dão 13 bilhões de dólares anualmente em subsídios e proteção, para encorajar a produção de biocombustíveis, disse Diouf. Nos Estados Unidos, os estoques de milho chegaram a mínimas de 15 anos, enquanto maiores parcelas da safra são utilizadas na produção de etanol.

Evitar outra crise alimentar depende dos rendimentos da safra na próxima temporada de colheita, bem como do impacto do crescimento econômico sobre a demanda, segunda Diouf. Porém, ele também afirmou que o aumento dos preços dos alimentos e do petróleo podem ter efeito prejudicial no crescimento.

Ainda é cedo para determinar se o recente terremoto e tsunami no Japão, maior importador de grãos do mundo, terá qualquer efeito na oferta global ou na demanda por produtos agrícolas, acrescentou Diouf.

Leia mais sobre esse assunto em
<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2011/03/14/fao-alerta-para-risco-de-nova-crise-mundial-alimentar-924005695.asp#ixzz1LQIY9Ltj>

© 1996 - 2011. Todos os direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A.

Agroecologia pode dobrar produção de alimentos em 10 anos – Sítio Eletrônico do MST – 14/03/2011

Ao mesmo tempo em que a [alta mundial no preço dos alimentos atinge seu maior patamar em duas décadas](#) e dá força redobrada ao fantasma da fome que persegue as populações pobres dos países economicamente mais vulneráveis, um informe da Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que a agroecologia pode duplicar a produção alimentar nos próximos dez anos.

Divulgado na terça-feira (8) pelo Alto-Comissariado de Direitos Humanos, o documento que, segundo a ONU, foi embasado por “uma exaustiva revisão da literatura científica mais recente”, defende a agroecologia como “meio para incrementar a produção alimentar e melhorar a situação dos mais pobres”.

Os estudos que embasaram o informe foram coordenados pelo belga Olivier de Schutter, que desde 2008 é relator especial da ONU sobre direito à alimentação: “Para poder alimentar a nove bilhões de pessoas em 2050, necessitamos urgentemente adotar as técnicas agrícolas mais eficientes conhecidas até hoje. Neste sentido, os estudos científicos mais recentes demonstram que ali onde reina a fome, especialmente nas zonas mais desfavorecidas, os métodos agroecológicos são muito mais eficazes para estimular a produção alimentar do que os fertilizantes químicos.”

De acordo com os casos relatados no documento da ONU, projetos agroecológicos desenvolvidos nos últimos anos em 57 países em desenvolvimento registraram um rendimento médio de 80% em suas lavouras. Isso significa, por exemplo, um aumento de 116% na média de todos os projetos desenvolvidos na África. “Os projetos mais recentes levados a cabo em 20 países africanos demonstraram que é possível duplicar o rendimento das lavouras em um período de três a dez anos”, afirma Schutter.

A ONU afirma que o modelo agrícola dominante, baseado nas monoculturas e na utilização massiva de agrotóxicos, fertilizantes e outros insumos, “já demonstrou não ser a melhor opção no contexto atual”, além de acelerar o processo de aquecimento global. “Amplios setores da comunidade científica já reconhecem os efeitos positivos da agroecologia sobre a produção alimentar no que se refere à redução da pobreza e à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas”, afirma o documento.

Menos agrotóxicos

O relatório divulgado pelo Alto-Comissariado de Direitos Humanos da ONU também dá destaque aos países que diminuíram consideravelmente a utilização de agrotóxicos nos últimos anos. São citados no documento países como Indonésia, Vietnã e Bangladesh, que reduziram em até 92% o uso de agrotóxicos na produção de arroz, que é o alimento básico das populações camponesas desses países.

Outro exemplo citado no relatório é o do Malauí, país que era grande consumidor de produtos agroquímicos e agora faz com sucesso a transição para um modelo agroecológico. Segundo a ONU, essa transição já tirou da extrema pobreza 1,3 milhões de pessoas, além de aumentar o rendimento das lavouras de milho do país de uma para três toneladas por hectare. “O conhecimento substituiu os pesticidas e fertilizantes”, comemora Olivier de Schutter.

O relator especial da ONU sobre o direito à alimentação afirma que o Estado tem um “papel fundamental” a cumprir no fortalecimento da agroecologia. “As empresas privadas não investirão tempo e dinheiro em práticas que não podem proteger com patentes e que não pressuponham uma abertura dos mercados para novos produtos químicos ou sementes melhoradas”. Schutter também exortou os Estados a darem maior apoio às organizações camponesas que, segundo ele, “demonstraram uma grande habilidade na hora de difundir as melhores práticas agroecológicas entre seus membros”.

FAO reforça temor de uma nova crise de alimentos no mundo - Valor Econômico - Agronegócios - 15/03/2011

Alta do petróleo e consumo de estoques de cereais preocupam, segundo dirigente do órgão

Reuters, de Abu Dhabi

O aumento nos preços globais de gêneros alimentícios básicos eleva o risco de que a crise alimentar de 2007-2008 em países em desenvolvimento se repita, disse ontem o presidente da Agência para Agricultura e Alimentação (FAO) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Um salto nos preços do petróleo e o rápido consumo dos estoques globais de cereais poderiam ser um prenúncio da crise de abastecimento, disse o diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, à Reuters, em entrevista durante uma visita aos Emirados Árabes Unidos.

“A alta dos preços aumenta as preocupações e estamos reduzindo rapidamente os estoques”, disse.

“Durante anos temos alertado que é preciso maior produtividade e investimento em agricultura.” O índice de preços alimentares da ONU de fevereiro aumentou pelo oitavo mês consecutivo, para o maior nível desde, pelo menos, 1990. Todos os grupos de commodities, exceto o açúcar, aumentaram no último mês.

Diouf dizia, até alguns meses, que os estoques globais de cereais estavam em níveis mais saudáveis que os restritos estoques que desencadearam a crise em 2007 e 2008. Em julho passado, os níveis de estoque eram 100 milhões de toneladas superiores aos de 2007, mas o avanço econômico em países em desenvolvimento e um retorno ao crescimento em países altamente industrializados levaram a novas reduções.

Alguns países no norte da África e no Oriente Médio fizeram grandes compras de grãos para evitar conflitos — em parte estimulados pela alta dos preços dos alimentos —, como os que derrubaram os líderes da Tunísia e do Egito.

A Coreia do Sul busca elevar estoques de grãos e planeja comprar cargas de milho e outras mercadorias, em esforço similar ao de outras nações asiáticas, preocupadas com os altos preços dos alimentos e com os conflitos sociais. Em dezembro, o México comprou milhares de toneladas de milho no mercado futuro, para se proteger de altas dos preços de tortillas, que provocou confrontos nas ruas em 2007. “É algo racional de se fazer, para se proteger”, disse Diouf.

O recente aumento dos preços do petróleo, que subiu para cerca de US\$ 120 o

barril no mês passado, está exacerbando os aumentos nos preços dos alimentos, que podem afetar a habilidade dos países em desenvolvimento de cobrir suas necessidades de importação, disse Diouf. Os preços do petróleo têm impacto nos custos de transporte e insumos agrícolas, incluindo fertilizantes.

A FAO pediu aos países desenvolvidos que reexaminem suas estratégias de biocombustíveis — que incluem amplos subsídios— uma vez que estes têm desviado 120 milhões de toneladas de cereais de consumo humano para produção de combustível.

“Estamos aconselhando os países-membros a revisitarem suas políticas”, disse Diouf. “Con tar com mais

energia renovável não significa que você precisa produzir mais biocombustível”.

Países desenvolvidos dão US\$ 13 bilhões anualmente em subsídios e proteção, para encorajar a produção de biocombustíveis, disse Diouf. Nos Estados Unidos, os estoques de milho chegaram aos menores níveis em 15 anos, enquanto maiores parcelas da safra são utilizadas na produção de etanol.

Evitar outra crise alimentar depende da produtividade da safra na próxima temporada de colheita, bem como do impacto do crescimento econômico sobre a demanda, segundo Diouf. Porém, ele também afirmou que o aumento do preços dos alimentos e do petróleo pode ter efeito prejudicial no crescimento. Ele acrescentou que ainda é cedo para determinar se o recente terremoto e tsunami no Japão, maior importador de grãos do mundo, terá qualquer efeito na oferta global ou na demanda por produtos agrícolas.

Nove bilhões de bocas - Carta Capital - 16/03/2011

O campo Broadbalk, de 1,6 hectare, fica no centro da fazenda Rothamsted, a cerca de 40 quilômetros ao norte de Londres. Em 1847, o fundador da fazenda, Sir John Lawes, descreveu o solo ali como limoso, pesado, repousando sobre uma camada de greda e capaz de produzir um bom trigo quando bem adubado. A colheita de 2010 não pareceu fazer jus ao seu parecer. No centro do campo, o trigo é abundante, produzindo 10 toneladas por hectare, uma das taxas mais altas do mundo para um cultivo comercial. Mas, a extremo oeste, perto da casa senhorial, a produtividade é de apenas 4 ou 5 toneladas por hectare; em outras partes, pés ainda mais magros rendem somente 1 ou 2 toneladas.

Broadbalk não é um campo comum. O primeiro cultivo experimental de trigo no inverno foi semeado lá no outono de 1843, e nos últimos 166 anos o campo, que é

parte da estação de pesquisa Rothamsted, foi palco do experimento agrícola contínuo mais duradouro do mundo. Agora, diferentes partes do campo são semeadas usando-se técnicas diferentes, fazendo de Broadbalk um microcosmo do estado atual da agricultura mundial.

O trigo que rende uma tonelada por hectare se parece com o de um campo africano, e pela mesma razão: ele não recebeu fertilizantes, pesticidas ou qualquer outra coisa aplicada a ele. Às vezes, os fazendeiros africanos são tidos como os responsáveis pela sua baixa produtividade, mas a culpa está na tecnologia disponível para eles. Com a mesma tecnologia, europeus e americanos obteriam os mesmos resultados.

Para impedir uma nova crise alimentar - Jim Harkness - Carta Capital - 22/03/2011

Quando os preços globais dos alimentos atingiram um pico, entre 2007 e 2008, 100 milhões de pessoas entraram no contingente dos famintos, que ultrapassou pela primeira vez na História a marca de 1 bilhão de seres humanos. Agora, apenas dois anos depois, vivemos outra alta, e é provável que mais fome esteja à espreita.

A FAO, agência da ONU para Alimentos e Agricultura, acaba de publicar seu índice de preços de alimentos, relativo a janeiro de 2011. No caso de alguns produtos (veja gráfico abaixo), ele chegou ao patamar mais alto (tanto em termos nominais quanto deflacionados) desde que a agência passou a acompanhar a variação das cotações, em 1990. Levantes populares relacionados a alimentos já começaram a ocorrer na Argélia. Enquanto a História se repete, e desenha-se a segunda grande crise de fome em dois anos, é decisivo aprendermos a lição da primeira onda, e enfrentarmos suas causas principais.

A segurança alimentar depende de tempo e mercados estáveis e previsíveis e de acesso a recursos. Tudo isso foi abalado perigosamente nas duas últimas décadas. Desde 1970, o aquecimento global causado pelo ser humano provocou o aumento dos

eventos climáticos extremos em todo o mundo. Agricultores que costumavam enfrentar duas perdas de colheitas a cada década agora sofrem inundações, secas ou grandes pragas a cada dois ou três anos. Em 2010 e no início deste ano, alguns dos grandes produtores mundiais de alimentos – Argentina, Austrália, China, Paquistão e Rússia – viveram, todos, eventos climáticos que afetaram fortemente as colheitas.

A segunda fonte de instabilidade é um mercado cada vez mais caótico. Em nome do “livre” comércio, o governo dos Estados Unidos e o Banco Mundial passaram as últimas três décadas forçando a abertura dos mercados dos países pobres a importações baratas, que desorganizaram a produção. Em cruel ironia, os países pobres também foram pressionados a cortar o apoio a seus próprios agricultores e até a vender seus estoques de emergência, sob a lógica de que seria mais eficaz simplesmente adquirir comida no mercado internacional.

Em 2006, mais de dois terços das nações mais pobres dependiam de importações de alimentos. Então, veio a onda de desregulação financeira da década passada, que atraiu os especuladores para os mercados de commodities e criou fundos de índices que atrelaram, como nunca antes, os mercados de alimentos aos de petróleo e metais. Mas a “agregação”, “alavancagem” e demais os “instrumentos inovadores” que deveriam reduzir os riscos nestes mercados provocaram o efeito oposto. A consequência foi um mercado global de alimentos altamente volátil, em que fatores não relacionados com a produção e consumo reais de alimentos frequentemente determinam os preços.

Este duplo golpe global, de instabilidade climática e financeira, não atingiu a todos. A volatilidade é útil aos que atuam com muita força nos mercados. Muitas empresas de agrobusiness estão registrando lucros recordes agora – depois de já terem alcançado idêntico resultado durante a última crise. Houve um pico de concentração de propriedade. Vastas extensões de terras aráveis, nos países do Sul, têm sido compradas por investidores estrangeiros e convertidas em plantações não-alimentares – inclusive matérias-primas industriais e biocombustíveis.

Vale notar, também, que alguns países africanos não serão tão atingidos desta vez. Eles optaram por estimular a produção local, ao invés de confiar nos mercados globais. A maior parte dos agricultores pobres, contudo, luta contra situações hostis. Não é de admirar que a fome tenha se convertido numa nova norma.

Se de fato consideramos a desnutrição global algo inaceitável – e não uma oportunidade de negócios – é preciso fazer grandes mudanças. Quase todos no Banco Mundial, na ONU ou no G-20 reconhecem a necessidade de apoiar os pequenos agricultores, especialmente mulheres, nos países que enfrentam fome. Em termos globais, 70% da comida é produzida em imóveis de menos de dois hectares, conduzidos em grande parte por mulheres.

A ajuda ao desenvolvimento, assim como as políticas governamentais dos países do Sul, deveriam estar focadas em apoiar as conquistas de produtividade destes agricultores, e sua capacidade de enfrentar as crises. Ao invés de deixá-los impotentes diante das forças globais, deveriam incorporar a sabedoria dos sistemas de produção tradicionais, que, ao combinarem o melhor da ciência ecológica com o conhecimento tradicional dos agricultores, encorajam práticas que reduzem o uso de insumos caros, ampliam a produção e a renda dos trabalhadores. E a produção para atender as necessidades locais deve ter prioridade em relação às culturas de produtos exportáveis.

Há muito mais a fazer. Os países e regiões que enfrentam fome precisam de maior margem de manobra para proteger a produção local de alimentos, prevenir o dumping e estabilizar o abastecimento. Parte desta margem para definir políticas é hoje minada pelas regras da Organização Mundial de Comércio.

Os estoques de alimentos precisam ser vistos de novo como ferramentas essenciais, tanto para enfrentar emergências quanto para estabilizar os preços e o abastecimento, para os agricultores e os consumidores. A concentração fundiária precisa ser interrompida. Tornou-se ainda mais importante apoiar a reforma agrária, que redistribuiu terra arável para os pequenos produtores que desejam produzir alimentos.

Os governos precisam implementar regras rigorosas para reduzir as operações financeiras especulativas com alimentos. Nos Estados Unidos, a reforma financeira conhecida como Dodd-Frank foi um bom começo, mas os lobistas de Wall Street estão agindo agressivamente para enfraquecê-la, em sua tramitação pelo Congresso.

A desestabilização da oferta de alimentos ocorrida na última década pode ser revertida. Mas isso só ocorrerá se aprendermos com o passado e apoiarmos medidas inovadoras para ampliar a estabilidade e a segurança dos agricultores, mercados e sistemas alimentares.

1Jim Harkness, professor de Sociologia do Desenvolvimento, é presidente do Instituto para Política Agrícola e de Comércio, um centro de estudos sediado nos EUA, e voltado para o estudo de alternativas às políticas neoliberais.

PAA é modelo para países da América Latina – Sítio Eletrônico do MDS – 22/03/2011

Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar foi apresentado pelo MDS a outros países da região durante encontro na Nicarágua

Brasília, 22 – O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi um dos destaques em um encontro ocorrido nesta segunda-feira (21), na Nicarágua, para trocar experiências e apresentar as ações brasileiras na área da segurança alimentar e agricultura familiar. O evento, que termina nesta terça-feira (22), visa difundir e ampliar o intercâmbio entre países da América Latina sobre as barreiras que enfrentam pequenos produtores nos mercados locais e nacionais de alimentos.

Segundo o coordenador da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS, Marcelo Piccin, que participa do encontro, o PAA é referência para outros países. “Temos aprofundado a cooperação técnica entre os países de todas as Américas. E esses encontros se intensificaram nos últimos anos. O programa é uma referência construída desde 2003 no Brasil e tem conseguido melhorar a vida tanto dos agricultores familiares como das pessoas que precisam de boa alimentação.”

O coordenador da Sesan ressalta que o evento servirá para observar as políticas sociais implantadas nos países latino-americanos e funcionará como base na elaboração de marcos regulatórios e institucionais que permitam aumentar a participação da agricultura familiar como provedora de alimentos em programas de segurança alimentar.

A viagem foi patrocinada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Objetivo – O PAA é um instrumento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. O objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão econômica e social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O programa compra o alimento diretamente do pequeno agricultor, valoriza e estimula a atividade da agricultura familiar, fortalecendo esse segmento, e incentiva a organização desses trabalhadores em cooperativas e outras formas de arranjos produtivos.

Na outra ponta, auxilia o combate à fome e à desnutrição, promovendo o acesso aos alimentos à população de baixa renda nas redes socioassistenciais (abrigos, casas albergues, creches e hospitais), escolas, Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos. Estima-se que em média anualmente 14 milhões de pessoas são beneficiadas com esse abastecimento.

A execução do programa é feita em parceria dos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Desenvolvimento Agrário, Conab, prefeituras e governos estaduais. Desde 2003, o PAA já investiu mais de R\$ 3,5 bilhões na aquisição de 3,1 milhões de toneladas de alimentos de cerca de 160 mil agricultores por ano. Os produtos abastecem anualmente 25 mil entidades.

O orçamento do MDS para o programa em 2011 é de R\$ 640 milhões para a compra de 437 mil toneladas de alimentos de 150 mil agricultores. A meta é atender 25 mil entidades socioassistenciais, beneficiando 18 milhões de pessoas.

Acesse o boletim: [Programa de Aquisição de Alimentos brasileiro é modelo para países latino-americanos e africanos](#)

Os perigos dos agrotóxicos no Brasil - Carta Capital - 25/03/2011

Mais de um bilhão de litros de venenos foram jogados nas lavouras em 2010, diz Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola

O Brasil é o primeiro colocado no ranking mundial do consumo de agrotóxicos. Mais de um bilhão de litros de venenos foram jogados nas lavouras em 2010, de acordo com dados do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola.

Com a aplicação exagerada de produtos químicos nas lavouras no país, o uso de

agrotóxicos está deixando de ser uma questão relacionada especificamente à produção agrícola e se transforma em um problema de saúde pública e preservação da natureza.

A RadioagênciaNP apresenta uma série especial de sete reportagens sobre os agrotóxicos no Brasil. Os programas tratam dos efeitos dos agrotóxicos na saúde humana (tanto dos trabalhadores rurais como dos consumidores de alimentos), no meio ambiente e na agricultura.

O consumo de agrotóxicos cresce de forma correspondente ao avanço do modelo do agronegócio, que concentra a terra e utiliza grande quantidade de venenos para garantir a produção em escala industrial.

Nesse quadro, os agrotóxicos já ocupam o quarto lugar no ranking de intoxicações. Ficam atrás apenas dos medicamentos, acidentes com animais peçonhentos e produtos de limpeza. Essas fórmulas podem causar distúrbios neurológicos, respiratórios, cardíacos, pulmonares e no sistema endócrino, ou seja, na produção de hormônios.

Presidente da CNA diz que abertura de áreas de produção garantiu alimento barato à população - Sítio Eletrônico da CNA - 29/03/2011

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), afirmou nesta terça-feira (29/03), em audiência pública no Senado, que os preços dos alimentos caíram nos últimos anos porque os produtores rurais abriram novas áreas de produção e transformaram a cobertura florestal em "arroz, feijão, milho, emprego, PIB e exportações". "E isso não pode ser mudado do dia para a noite, como se os agricultores tivessem cometido um crime contra o Brasil e um crime de lesa-pátria", afirmou a presidente da CNA ao defender a atualização do Código Florestal. A primeira versão do Código foi editada em 1965 e, mesmo depois de muitas alterações, a legislação não reflete a realidade atual do setor agropecuário.

Durante as discussões, a senadora Kátia Abreu lembrou que há 45 anos, quando o Brasil era grande importador de comida, de arroz das Filipinas, comprávamos feijão do México, leite da Europa e muita carne da Austrália, as

compras de alimentos absorviam 48% dos salários dos trabalhadores. Com a ampliação da área ocupada com atividades agropecuárias, houve aumento da oferta de alimentos, o que reduziu o preço da comida e fez a parcela da renda mensal das famílias brasileiras destinada à alimentação cair para 18%. Sem os entraves que prejudicam o desempenho da agropecuária, como as deficiências de infraestrutura, os gastos seriam ainda menores. "Se os produtores pudessem trabalhar, os gastos seriam ainda menores, de aproximadamente 12%", completou a presidente da CNA, durante audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado.

Também na audiência, a senadora afirmou que a maioria dos países tem áreas de preservação inferiores à registrada no Brasil. Enquanto os países da Europa têm 0,02% de floresta nativa, no Brasil este percentual é de 60%. "O Brasil é o segundo país em termos de preservação de floresta, atrás apenas da Rússia, onde só tem gelo", afirmou. Mesmo com esse índice de preservação, a presidente da CNA lembrou que os grupos contrários à revisão do Código querem que os agricultores deixem de produzir em áreas férteis, o que vai ampliar a importação de comida de outros países.

"Vamos ter que importar produtos de todas as partes do mundo caso tenhamos que diminuir a produção, comprar de países que não tenham APP (Área de Preservação Permanente) nem reserva legal. Será que isso é justo, é honesto com o Brasil?", questionou. Aos senadores, a presidente da CNA lembrou, ainda, que nenhum outro país do é obrigado a manter a área de reserva legal e que na maioria dos países há uma diferença entre unidades de produção e de preservação. Nos Estados Unidos, as unidades de preservação são consideradas bens coletivos que são de responsabilidade do Estado, o que não acontece no Brasil, onde os produtores são responsáveis pela preservação das áreas. "Não pode ser um ônus individual para o produtor rural", afirmou.

Para ela, a manutenção, no texto do Código Florestal, da regra que prevê a reserva legal vai prejudicar, em especial, os mais pobres. São eles, disse a senadora, que terão que pagar mais pelos alimentos em função da redução da área ocupada com atividades agropecuárias. "Nós não temos direito, com mais de 40 milhões de brasileiros que estão abaixo da linha da pobreza, de diminuir produção de alimentos e importar arroz da China que não tem reserva legal e nem APP", completou.

Outro ponto abordado pela presidente da CNA no Senado foi sobre a competência para tratar da legislação ambiental. Segundo ela, é impossível que os

parlamentares aprovem uma lei ambiental única que leve em consideração a realidade de todo o País. De acordo com o deputado Aldo Rebelo, que também participou do debate, se a legislação for mantida, 3,6 milhões de hectares de áreas produtivas de São Paulo terão que ser embargadas. "Um dos reflexos será o desemprego rural e urbano", afirmou o relator da proposta de atualização do Código Florestal na Câmara dos Deputados. Ele citou dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) para lembrar que, se for mantida a lei atual, 19% da área agrícola de São Paulo precisará ser transformada em mata.

Preço da comida no atacado aumenta 3,2% - Márcia De Chiara – Economia – O Estado de São Paulo – 30/03/2011

Indicador do preço ao produtor da Secretaria da Agricultura de São Paulo aponta nova rodada de inflação dos alimentos, puxada pelo feijão. Mesmo com a entrada da safra, os preços dos produtos agropecuários recebidos pelos produtores paulistas dispararam este mês e voltaram para o mesmo nível de novembro de 2010, quando a produção ainda estava no campo e havia escassez de oferta.

Na terceira quadrissemana deste mês, o Índice Quadrissemanal de Preços Recebidos pela Agropecuária Paulista, apurado pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, subiu 3,2%. O resultado está 0,4 ponto porcentual acima da quadrissemana anterior e supera em 1,4 ponto porcentual o indicador da mesma quadrissemana do mês passado. Dos 18 preços de produtos agropecuários pesquisados, 11 aumentaram este mês e 7 tiveram um pequeno recuo. O grande destaque de alta foi o feijão, que ficou 29,92% mais caro na terceira quadrissemana deste mês e tem peso importante nos índices de inflação ao consumidor. No ranking das maiores altas estão também a laranja para mesa (17,01%), tomate (16,17%), café (11,30%), ovos (10,08%) e frango (5,78%).

Para o pesquisador José Sidney Gonçalves, pesquisador do Instituto de Economia Agrícola e responsável pelo indicador, essa alta de preço no atacado vai se transformar em inflação para o consumidor nos próximos 15 dias. Mas ele ressalva que o tamanho do repasse da elevação do preço do atacado para o varejo deverá ser menor. "Os preços dos alimentos estão subindo principalmente pela pressão de demanda e pela falta de resposta da produção", explica Gonçalves. Ele observa que a elevação das cotações ocorre mesmo com o início da safra de vários produtos agrícolas, época de maior produção, quando, portanto, as cotações deveriam cair. "Há uma expectativa de escassez formada e isso impulsiona os preços."

De certa forma, esse raciocínio contraria a explicação aceita pelo mercado e difundida pelo governo de que a inflação das commodities agropecuárias ocorre somente por causa das elevadas cotações no mercado externo. Feijão. Um exemplo típico é o feijão. O preço da saca de 60 quilos, que atingiu R\$200 em setembro do ano passado e fez a inflação ao consumidor disparar, recuou para R\$ 50 no início deste ano. Agora já está em R\$ 80 e, segundo o pesquisador, deverá atingir novamente R\$ 150 ou R\$ 200 nos próximos meses. O que sustenta a nova escala do preço do feijão é a falta de produto. "A safra atrasou e a produção entrou no mercado de uma só vez, o que fez recuar o preço. Mas, agora, a expectativa é de que o produtor, descapitalizado na última safra, reduza a área de plantio da safra da seca."

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa